

**RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA
A PARTIR DA DÉCADA DE 1960**

Juarez Duarte Bomfim

Professor adjunto da UEFS

juarezbomfim@uol.com.br

Juliana da Silva Correia

Graduanda em Geografia, UEFS

julli_correia@hotmail.com

RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA A PARTIR DA DÉCADA DE 1960

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as modificações ocorridas na Cidade de Feira de Santana-Bahia, a partir da década de 1960, tendo em vista que estas alterações estão relacionadas diretamente a uma política nacional desenvolvimentista que acontecia no país. A modernização da urbe acarretou em disciplinamento, controle e apropriação privada do espaço público, em virtude das políticas de requalificação e revitalização das vias centrais da cidade, onde foram realizadas mudanças socioespaciais que impactaram em mudanças na vida das pessoas, alterando costumes e hábitos, e contribuindo negativamente para o aumento da exclusão social.

Palavra-chave: Feira de Santana, feira-livre, Centro de Abastecimento, Centro Industrial do Subaé (CIS), reconfiguração socioespacial.

INTRODUÇÃO

A cidade de Feira de Santana, ao longo do tempo, consolidava-se como cidade “progresso”. Com a inauguração de Brasília na década de 1960, buscou-se inserir a cidade no cenário nacional, com perspectivas de desenvolvimento regional. Nesse contexto, a imagem de Feira de Santana associada ao vaqueiro ou a feira-livre não era mais adequada para a nova situação da cidade, desenvolvida, inspirada nas perspectivas de cidade moderna.

O discurso modernizador totalmente apoiado pela saúde pública e na tentativa de reorganização do espaço urbano, reforça a vontade das elites e dos comerciantes que se sentem prejudicados com a feira, uma vez que esta prática era tida como agrária, remanescente do atraso e não atendia mais aos estágios mais complexos da metropolização. Cabia melhorar a imagem da cidade, escondendo a feira e o comércio ambulante.

As práticas consideradas arcaicas, “roceiras”, aos poucos foram eliminadas diante de uma “nova” urbe que queria fixar: civilizada e comercial, o que acarretou uma reconfiguração socioespacial que alterou o cotidiano, os hábitos e costumes das pessoas.

A partir dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo apresentar algumas importantes mudanças estabelecidas para a consolidação da cidade “Princesa do Sertão”, a partir de algumas intervenções que foram realizadas na mesma, através de uma política nacional, o que ocasionou transformações econômicas e sociais.

INTERVENÇÕES REALIZADAS PARA CONSOLIDAÇÃO DA “CIDADE PROGRESSO”

Feira de Santana localiza-se a 108 km da cidade de Salvador, Bahia, (figura 1), desfruta de uma localização privilegiada entre o litoral e o interior. Desde o século XVIII passou a ser ponto de passagem obrigatório para os negociantes que circulavam para o norte ou para o sul do país, comercializando gado, que devido à precariedade da antiga Estrada das Boiadas, os tropeiros criaram um roteiro de repouso. Contudo deve-se destacar que:

No século dezessete, o recôncavo dedicava-se com tamanha exclusividade à produção de cana de açúcar que os criadores de gado eram obrigados por lei a procurar pastagens no interior para o gado de sua propriedade. (Popino, 1968, p. 54).

Sendo assim, os colonos eram forçados a adentrarem o interior baiano para promover a criação de animais (pecuária extensiva) que tinha como finalidade o abastecimento da população local e servir como força para os engenhos e para os transportes, estimulando interligações com o litoral e os sertões.

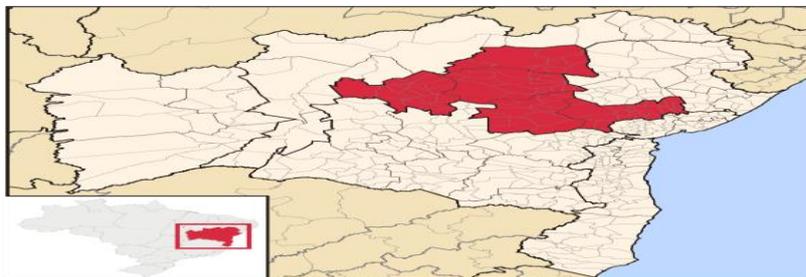


Figura 1: Localização do Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia.

Segundo Popino (1968), o comércio de gado representou a razão da existência de Feira de Santana, e a sua formação se deu a partir de um arraial que se transformou em cidade. O local possuía pastagens férteis, aguadas disponíveis e uma posição geográfica estratégica, o que atraiu os compradores e vendedores de gado, fazendo com que a cidade crescesse em grandes proporções.

Silva (2008) registra que a partir da segunda metade do século XX Feira de Santana é alvo da política nacional de descentralização econômica, onde se tinha como objetivo desenvolver o país. Contudo:

{...} a expressão urbana que a cidade estava assumindo não resultava apenas dos desejos e interesses locais, mas da inserção da urbe no complexo processo de integração nacional. (Oliveira, 2008. p. 26).

Deste modo, não era mais adequada para a nova situação da cidade, inspirada nas perspectivas de “desenvolvida, moderna e industrializada” ser associada à figura do vaqueiro ou a feira-livre que se perpetuava nas praças e ruas centrais da cidade, imagens que eram vistas como agrária, antiga, ou seja, ultrapassada. Sendo assim era necessário incorporar ou extinguir valores, hábitos, comportamentos, modos de vida etc.

Nas décadas de 1950 e 1960 assiste-se no Brasil o processo de consolidação da interiorização da modernidade, adotando-se políticas de incentivo a industrialização que contribuíram para a dinamização da economia, através de um desenvolvimento regional, sob o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na tentativa de maior integração do Estado da Bahia ao conjunto da economia nacional. Conforme Freitas (2008), a industrialização proporcionou mudanças estruturais na economia baiana, mudando o eixo dinâmico para o setor secundário, antes centrado na agricultura.

Diante desse contexto nacional já não se podia permitir que determinadas práticas continuassem em Feira de Santana, era necessário eliminar os costumes considerados arcaicos e “roceiros”. Aos poucos se delineava a “nova” urbe que se queria fixar: civilizada e comercial.

Assim, o vaqueiro — símbolo da cidade que foi construída em torno da feira-livre — não era mais adequado para a nova situação da cidade desenvolvida, bafejada pelos ares do progresso. Cloves Oliveira sinaliza que se queriam encontrar novos símbolos para Feira de Santana.

{...} buscou-se reorganizar a cidade e o seu cotidiano, alterar hábitos, com o intuito de construir representações que associassem a uma urbe comercial progressista e moderna, excluindo a imagem de cidade sertaneja (OLIVEIRA, 2000, p. 47).

Reordenar os espaços em Feira de Santana implicava em higienizar, sanear, redefinir funções e disciplinar os comportamentos dos cidadãos tidos como atrasados. Deste modo, buscou-se modificar hábitos julgados impróprios, não condizentes com a nova urbe, cidade progresso que se queria consolidar, o que implicou em uma reconfiguração socioespacial que alterou o cotidiano, os hábitos e costumes das pessoas.

A partir do final dos anos 1970, foram adotadas políticas de urbanização nacional relacionadas ao uso do espaço público que visava implementar medidas que promovesse o controle, disciplinamento e ordenamento do espaço público.

Um dos exemplos disso pode ser constatado na cidade de Fortaleza- Ceará, onde o poder público municipal tomado pelo anseio de modernizar o centro da cidade construiu calçadas, reformou praças e incentivou a reforma das fachadas das lojas existentes, seguindo um design avançado. Tal intento exprime um processo de extinguir formas antigas existentes e incorporar um novo padrão moderno.

E mais: implementou políticas de urbanização na área central, como tentativa de diferenciar esta área em relação a outras áreas de consumo, adotou políticas de deslocamento do comércio ambulante da área central para alojá-los em outro local. Tal prática foi comemorada pela imprensa, onde se propagava que a população conseguira liberar as áreas do centro para fácil circulação.

Por tratar-se de atividade nutrida exclusivamente do fluxo contínuo e maciço de pedestres, não foi de se estranhar o retorno do comércio ambulante ao centro, algum tempo depois, apesar das pressões contrárias e da continuidade da utilização da violência pelo rapa (Guarda Municipal).

Caso semelhante aconteceu em Feira de Santana, onde foram realizadas intervenções através de reordenações socioespaciais, a feira do gado foi redirecionada para os currais modelos e a feira-livre foi transferida para o Centro de Abastecimento, em 1977, cujo objetivo era reordenar o solo urbano e criar um local exclusivo para comercialização de produtos agropecuários, alimentícios, roupas, calçados etc. Para Freitas (1998) a feira-livre é desenraizada, arrancada, extraída do centro urbano para ser substituído pelo “moderno” Centro de Abastecimento.

O Centro de Abastecimento significaria para o poder local a extinção de práticas consideradas remanescentes, alocando os tidos incivilizados em um local específico, longe do centro da cidade. Nesse contexto, a feira-livre passou a ser considerada suja, malcheirosa e anti-higiênica. A sua retirada não se constituiu em um consenso entre os setores da sociedade, sob desaprovação das pessoas que tiravam seu sustento. Como pode ser observado através do relato da senhora Génesia Gomes, proprietária da “Barraca Senhor do Bonfim”, (Mercado Municipal), vendedora de pratos típicos da região em 9 e 10 de janeiro de 1977:

Estou muito sentida com a mudança do mercado, pois lá me deram uma parte muito pequena que não dá pra atender quanto fregueses ao mesmo tempo, nos iremos fazer uma aventura e nossa família como sustentaremos?.

Muito antes deste evento, Poppino (1968) já afirmara que sob a égide da ordem e do progresso e da moral Feira de Santana passa a ter novos contornos urbanos que demarcam com mais rigor os espaços.

{...} a construção do Centro de Abastecimento tinha como objetivo organizar o comércio, “limpeza” do centro da cidade e abertura das vias centrais para o trânsito de veículos, padronização comercial, incluindo-se relações de trabalho, sistema de créditos, pagamento de impostos e controle do comércio informal (PACHECO, 2009, p.37).

Deve-se levar em consideração que a mudança da feira-livre para o Centro de Abastecimento foi motivada pelos ideais modernizadores relacionados com a chegada das indústrias na cidade:

É sob a lógica da integração produtiva ditada pelo Centro-Sul, que se deu o surto industrializante das décadas de 60 e 70 do século passado e que houve a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em Feira de Santana. (FREITAS, 1998. p. 46).

A BUSCA PELA MODERNIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Na década de 1970 aconteceram muitas mudanças significativas no cenário nacional, através da descentralização econômica, com a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, onde a industrialização tornou-se peça fundamental da política econômica.

O intuito era de minimizar as disparidades existentes entre as regiões, onde foram implementadas unidades fabris, com a concessão de prioridades a grandes programas de investimentos: siderúrgico, petroquímico, construção naval, comunicação, mineração, etc. Aliado a isenção de impostos, houve também a abertura externa da economia, o que possibilitou grandes investimentos do capital estrangeiro. Essas iniciativas ocasionaram elevação dos índices populacionais, através do êxodo rural e migrações constantes. Contudo as cidades não estavam preparadas estruturalmente para comportar o elevado contingente, o que intensificou o aumento das desigualdades sociais.

{...} nas décadas de 70 e 80 houve um aumento nos índices de desigualdades social, uma vez que as classes populares e trabalhadores foram submetidos a um processo contínuo de periferizações, sendo colocados cada vez mais distantes da área central das cidades. (CLEMENTE, 2009. p. 16).

Para Freitas (1998) a influência da industrialização colaborou para a urbanização e aumento populacional da cidade nestas décadas, contribuindo para o desenvolvimento da cidade em nível regional e nacional, isto é, com o crescimento industrial a cidade sofreu novos contornos (urbanização), e no final da década de 1960, os bairros populares foram afastados do centro da cidade e neste período foram aprovadas construções de vários conjuntos residenciais. O interesse do Poder Público era construir uma cidade desenvolvida — assim como as regiões sul-sudeste do Brasil.

Mesmo com o dinamismo do Centro Industrial de Subaé, este não possuía condições de comportar a todos que se direcionavam para a cidade em busca de emprego, e o setor informal passou a ser uma alternativa de sobrevivência, onde a feira-livre e o comércio ambulante passaram a absorver a mão-de-obra ociosa. O processo modernizador que ocorre nos países subdesenvolvidos é poupador de mão-de-obra, gerando desemprego e o subemprego.

A busca pela modernização fazia com que Feira de Santana aos poucos passasse por várias mudanças, que se dava a partir da eliminação ou exclusão daqueles que significavam impróprio, não condizente com a “nova” urbe que se queria consolidar, acarretando o deslocamento dos pobres para as áreas periféricas da cidade, realidade esta ocorrida em inúmeras cidades brasileiras. Este processo provoca exclusão social.

Surpreende que, apesar das pressões sofridas a feira-livre ainda persiste fortemente em muitas das ruas principais da cidade, marcando a paisagem urbana, e além do mais ela se perpetua em alguns bairros da cidade como Tomba, Cidade Nova etc.

De modo geral, as cidades possuem dois circuitos econômicos: o circuito superior e o circuito inferior, que são responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial.

Para Santos (1979), os dois circuitos da economia urbana têm demonstrado que a produção que requer um alto nível tecnológico tende a se concentrar em pontos específicos, corresponde ao circuito superior, enquanto que o circuito inferior, diz respeito às atividades em pequena escala, especialmente destinadas à população pobre.

O circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capital de modo intenso, a relação entre comprador e comerciante se dá através do dinheiro em espécie. Ele é formado pelas atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços, possuindo uma organização tradicional ou primitiva. Já o superior é constituído por bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, possuindo uma clientela formada pelas classes ricas e em parte pela classe média, é resultado direto da modernização tecnológica, onde mantém relações tanto em escala nacional como internacional, onde as transações se realizam de forma mecânica, burocrática.

As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto que as do circuito inferior, tanto no comércio quanto na fabricação trabalham com pequenas quantidades. Sendo assim, é possível identificar o comércio ambulante no circuito da economia inferior, e os lojistas no circuito superior.

Dantas (1997) observa que no século XIX já se podiam observar a presença do comércio ambulante nas cidades, a venda era realizada pelos escravos, que se deslocavam de porta em porta das casas do Rio de Janeiro para venderem aves, leite, frutas, carne defumada, entre outros produtos. Por meio desse relato, tem-se o registro da presença do comércio ambulante nas cidades brasileiras desde os seus primórdios, fazendo parte e construindo o drama cotidiano das cidades, com suas cores, cheiros e sons característicos. Todavia, o comércio ambulante no decorrer dos anos passou por uma série de mudanças, através da ampliação do número de comerciantes e posteriormente fora considerada ilegal.

O comércio pode estar relacionado à economia formal, legalmente estabelecido, com firma registrada, dentro da lei e pagando impostos ou pode estar relacionado à economia informal, que são as atividades a margem da formalidade, sem firma registrada, sem emitir notas fiscais, sem pagar imposto.

Como pode ser observado no calçadão da Rua Sales Barbosa (Figura 2) — que se localiza no centro da cidade de Feira de Santana, uma rua larga e ampla constituída dos mais variados tipos de estabelecimentos que ao mesmo tempo convive com inúmeras barracas (camelôs) defronte das lojas comerciais, onde há uma relação de “interação” e ao mesmo tempo de embate direto entre lojistas e camelôs para a

comercialização de mercadorias onde se perpetua mutuamente o comércio formal e informal.

A distribuição do espaço entre lojistas e camelôs na Rua Sales Barbosa se dá pela dominação e apropriação através dos usos, haja vista que o comércio ambulante detêm essencialmente as ruas para a comercialização de suas mercadorias, já os lojistas possuem as lojas que são de sua propriedade.



Figura 2: Calçadão da Sales Barbosa- Feira de Santana- Bahia

No caso do comércio ambulante:

{...} as pessoas começaram a invadir a rua pública para nela dispor e realizar operações comerciais sem ter licença, nota fiscal, nem pagar impostos, ainda que em alguns casos tenham sido favorecidos por algum regime de execução legal que {...} proporciona a tolerância municipal (DANTAS, 2009, p. 1).

Dantas (1997) ainda sinaliza que a existência do comércio ambulante resiste enquanto atividade (re)criada pelo capital. Para o autor, a história do capitalismo revela que ora o capital recria, ora estimula a reprodução de trabalhos não assalariados como recurso para sua ampliação. Sendo que o seu objetivo principal é a produção de mercadorias e não, necessariamente, a reprodução do trabalho ideal.

O Calçadão da Rua Sales Barbosa constituía-se nas primeiras décadas do século XX como territórios de prostitutas, vendedores ambulantes, cambistas do bicho e outros “homens comuns”, “ordinários”. Entretanto, nas décadas de 1950 e 1960 este ambiente tornou-se um espaço de conflitos entre estes “homens comuns” e os civilizados, o que implicou em imagens discursivas contrárias aquelas que lhes deram a sua primeira feição territorial urbana.

Deste modo buscou-se consolidar uma identidade de cidade metrópole, para tanto era necessário redefinir os sujeitos e o uso daquele espaço. Oliveira (2008) destaca que a reorganização da Rua Sales Barbosa se efetivava, retirando para outros lugares tudo aquilo que pudesse parecer desregrado e incoerente com a feição comercial que se ia firmando.

A sociedade ao longo dos anos sofre varias mutações de acordo ao momento vivenciado. Dantas (1997) destaca que para Henri Lefévre toda realidade dada no espaço se expõe e se explica por uma gênese no tempo. O local destinado para encontros e festas pode ser transformado em *locus* de consumo. Afirma ainda que a redefinição da centralidade no tempo, com a transformação do centro das cidades brasileiras em *locus* privilegiado do consumo das classes de menor poder aquisitivo da sociedade brasileira.

Esse processo denota uma nova articulação entre as diversas partes da cidade e o centro, que perde sua hegemonia em relação às áreas nobre e tem seu uso redefinido a partir da inserção desses “novos usuários”, com tensões e conflitos. Estes conflitos serão os determinadores da intervenção do Estado, visando estender a todos os espaços controle e fiscalização, ao adotar a sua racionalidade — que é a racionalidade do idêntico e do repetitivo.

Desejava-se transformar a Rua do Meio — atual Rua Marechal Deodoro da Fonseca e o Calçadão da Rua Sales Barbosa — numa vitrine do comércio e de compradores civilizados, haja vista que a referida rua era considerada como os territórios das meretrizes e existia um grande número de estabelecimentos que promoviam a prostituição, e como tal era marginalizada pelas elites da sociedade que residiam muito próximo e se empenhavam em construir outras representações para aquele local. Com o reordenamento espacial, que objetivava modernizar a cidade, já não era possível o convívio tão próximo entre essas famílias e os prostíbulos.

Aos poucos essa área no centro da cidade que abrigava a maioria desses estabelecimentos foi sendo substituído por bancos, lojas e restaurante, o que proporcionou uma nova imagem da cidade, agora sem mais o ir e vir de dentro dos bordéis localizados nos becos e ruas principais, mas com a agitação das lojas comerciais.

Segundo a Câmara de Dirigente Lojista de Feira de Santana (CDL), a Sales Barbosa é considerada o maior ponto de vendas no varejo da cidade. Ela possui uma grande variedade de segmento comercial. No calçadão existe um grande conflito de poder, que se constitui através da disputa pelo território, para a venda de suas mercadorias, sejam eles, os lojistas ou comercio ambulante que convivem num mesmo espaço. Deve se levar em consideração que mesmo com a reconfiguração espacial o comercio ambulante não deixou de existir, vendendo inúmeros produtos, e o que houve foi um aumento significativo no numero destes, acarretando a padronização das mesmas pela própria prefeitura. Para Rogério Hasbaert (2007) o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem concomitantemente sociedade e espaço geográfico, que também é sempre, de alguma forma natureza.

A perda da mobilidade de mercadorias tende a padronização das barracas como forma de controle dos espaços, através de uma estratégia de resistência, com o intuito de inibir a expansão dos ambulantes, destinando um espaço especifica para circulação de mercadorias. Dantas (1997) chama esse fato de comércio ambulante fixado, o que aconteça na maioria das cidades brasileiras, na medida em que o comercio ambulante fixa suas atividades, as barracas são cadastradas e destinado pontos específicos para o exercício do comercio, através da normatização do espaço público, ocasionando a perda da mobilidade com a sua fixação, tornando-se pequenos comerciantes. Mas a aceitação da ordem estabelecida pode ser infringida na medida em que os comerciantes encontram pontos melhores para comercializarem seus produtos.

Marilena Chaui *apud* Dantas (1997) denomina a este fenômeno de conformismo e resistência, que é capaz de conformismo ao resistir, e capaz de resistência ao se conformar. Os ambulantes aceitam o cadastramento como estratégia, e nos momentos propícios deslocam parte de seus produtos para comercializar em pontos melhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reordenamentos socioespaciais resultantes do processo de urbanização em Feira de Santana não poderiam ser muito diferente das encontradas nas demais cidades médias e metrópoles brasileiras. Essas intervenções acarretam mudanças físicas,

econômicas, políticas, sociais e culturais, e são práticas que têm como finalidade demarcar posições e atribuir códigos valorativos, resultando em segregação e como mecanismo de marginalização e exclusão social, em virtude de interesses específicos:

A exclusão social foi elemento integrante de todos os projetos de desenvolvimento cujas políticas de industrialização tardia, que marcaram a década de 70 não fugiram a essa regra (CLEMENTE, 2009. p. 28).

Sujeitos que antes eram incluídos foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política, ou de processos de inclusão limitada, pelos quais o acesso a emprego renda e benefícios do desenvolvimento econômico fica restrito a determinados segmentos da sociedade.

A pobreza urbana surge como fenômeno generalizado, resultante de processo de urbanização brasileira, principalmente nas regiões metropolitanas e em cidades médias, ainda que resguardadas as diferenças regionais entre o Nordeste e o Sul do país, revelando de maneira indiscutível as desigualdades sociais (ROCHA, 1994).

Dantas (1997) considera que para Lefebvre os projetos de urbanização adotados explicitariam a razão ordenadora do Estado na tentativa de normatização do espaço, conforme um modelo de cidade que procura levar a uma vida cotidiana programada e idealizada pelo consumo manipulado.

O comércio ambulante fixado e ordenado é resultado de um processo de intervenção da gestão municipal no espaço público que regulamenta os locais de circulação e comercialização. A retirada dos feirantes e ambulantes das ruas principais de Feira de Santana, relocados para lugares específicos, sinalizou o interesse do poder público em disciplinar o uso do solo, sendo de fato uma forma de atribuir códigos valorativos para aqueles que foram segregados, resultando em mecanismos de marginalização e exclusão dos pobres.

A remoção da feira-livre e do comércio ambulante não perdurou por muito tempo, aos poucos estes retornaram para as vias centrais da cidade e voltaram a realizar suas atividades, porém submetidos a normas e regras de funcionamento.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ubiratan Castro. **A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente**. Bahia análise e dados. P. 10-23. Salvador- Ba.

DANTAS, E. W. C. **A apropriação do espaço Público pelo comércio ambulante: Fortaleza- Ceará em evidência (1975 A 1995)**. Scripta Nova, Barcelona, v. IX, n. 202, p. 1-16, 2005.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana** influencia da industrialização 1970 - 1996. 1998. 189 p Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

HAESBAERT, Rogério. **O território em tempos de globalização**. 2007.

MOREIRA, Deocleciano Vicente. **Projeto da Feira Livre de Feira de Santana**. Seg. Fase. Texto nº 1. Sitientibus. Feira de Santana. Nº 12.p. 193-200, 1994.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade**. Olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960).

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Salvador, BA, 2000. 128p Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos: Pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)**.

POPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Bahia: Editora Itapuã, 1968.

ROCHA, S. **Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras**. In: RIBEIRO, L.C. de Q. e

SANTOS Jr., O.A. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. 345 p.

SILVA, Maria Carolina S. Martins. **Urbanizando para quem? O lugar das prostitutas em Feira de Santana-BA (1960-1979).**